



Prova Escrita Objetiva e Discursiva – Nível Superior

ANALISTA LEGISLATIVO MUNICIPAL - ÁREA DE CONTROLADORIA (AUDITORIA, NORMAS E INFORMAÇÕES GERENCIAIS)

Tipo 1 – BRANCA



SUA PROVA

Além deste caderno de provas, contendo setenta questões objetivas e o tema de redação, você receberá do fiscal de sala:

- uma folha de respostas das questões objetivas
- uma folha de textos definitivos destinada à redação



TEMPO

- **5 horas** é o período disponível para a realização da prova, já incluído o tempo para a marcação da folha de respostas da prova objetiva e a transcrição da redação para a folha de textos definitivos
- **2 horas e 30 minutos** após o início da prova é possível retirar-se da sala, sem levar o caderno de provas
- **30 minutos** antes do término do período de prova é possível retirar-se da sala **levando o caderno de provas**



NÃO SERÁ PERMITIDO

- Qualquer tipo de comunicação entre os candidatos durante a aplicação da prova
- Levantar da cadeira sem autorização do fiscal de sala
- Usar o sanitário ao término da prova, após deixar a sala



INFORMAÇÕES GERAIS

- As questões objetivas têm cinco alternativas de resposta (A, B, C, D, E) e somente uma delas está correta
- Verifique se seu caderno está completo, sem repetição de questões ou falhas. Caso contrário, notifique imediatamente o fiscal da sala, para que sejam tomadas as devidas providências
- Confira seus dados pessoais, especialmente nome, número de inscrição e documento de identidade e leia atentamente as instruções para preencher a folha de respostas
- Use somente caneta esferográfica, fabricada em material transparente, com tinta preta ou azul
- Assine seu nome apenas no(s) espaço(s) reservado(s)
- Confira seu cargo, cor e tipo do caderno de provas. Caso tenha recebido caderno de cargo ou cor ou tipo diferente do impresso em sua folha de respostas, o fiscal deve ser **obrigatoriamente** informado para o devido registro na ata da sala
- O preenchimento das respostas da prova objetiva é de sua responsabilidade e não será permitida a troca da folha de respostas em caso de erro
- Reserve tempo suficiente para o preenchimento de suas respostas. Para fins de avaliação, serão levadas em consideração apenas as marcações realizadas na folha de respostas da prova objetiva, não sendo permitido anotar informações relativas às respostas em qualquer outro meio que não seja o caderno de provas
- A FGV coletará as impressões digitais dos candidatos na lista de presença
- Os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais quando do ingresso e da saída de sanitários durante a realização das provas
- **Boa sorte!**

Língua Portuguesa

Texto 1 – Orgânico por um bom motivo

Chico Junior, *O Globo*, 25/11/2017 (fragmento)

O mundo caminha para um consumo cada vez maior de alimento orgânico. A Dinamarca, por exemplo, começou há 25 anos uma política agrícola-ambiental que vai torná-la, até 2020, o primeiro país do mundo a ter sua produção de alimentos 100% orgânica. Está conseguindo isso graças a um forte trabalho de conscientização e por intermédio de subsídios aos pequenos agricultores.

Resumidamente, o alimento orgânico também pode ser chamado de agroecológico – a agroecologia pode ser definida como o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica. É aquele produzido de forma sustentável, respeitando-se e não agredindo o meio ambiente e não utilizando fertilizantes químicos e, muito menos, os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos. Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, inclusive vários que são proibidos em diversas partes do planeta, banidos da Europa e dos Estados Unidos.

A produção e consumo de orgânicos se dão por duas razões básicas: aumento do que chamamos de consciência ecológica e o desejo de se consumirem alimentos mais saudáveis.

No Brasil caminha-se ainda lentamente, mas caminha-se, o que faz com que os produtos ainda sejam caros e fora do alcance da maioria. Mas o fato é que a produção vem aumentando ano a ano e os preços, de maneira geral, diminuindo.

1

No texto 1, a introdução tem a função textual de:

- (A) delimitar o tema a ser abordado no texto;
- (B) alertar para um problema na produção de alimentos;
- (C) indicar um exemplo a ser seguido;
- (D) prever um futuro a ser alcançado pelo Brasil;
- (E) aconselhar as autoridades sobre política agrícola.

2

Ao dizer que “O mundo caminha para um consumo cada vez maior de alimento orgânico”, o autor do texto 1 apela para um tipo de figura de linguagem caracterizada pela:

- (A) personificação de seres inanimados;
- (B) utilização de um todo significando uma parte;
- (C) comparação entre um termo real e um figurado;
- (D) repetição enfática de termos;
- (E) presença de termos de significação oposta.

3

O segundo período do texto 1 tem a finalidade de:

- (A) destacar a importância da Dinamarca no cenário mundial da produção de orgânicos;
- (B) indicar um caso de sucesso, representado por um país de prestígio internacional;
- (C) comprovar uma afirmação anterior, que parecia demasiadamente vaga;
- (D) exemplificar um caso de êxito na produção de orgânicos como algo que deve ser adaptado à nossa realidade;
- (E) acrescentar um argumento que auxilie o convencimento de nossas autoridades agrícolas.

4

A palavra “agrícola-ambiental” aparece grafada com hífen pela mesma razão semântica do seguinte vocábulo abaixo:

- (A) segunda-feira;
- (B) tenente-coronel;
- (C) inter-relacionamento;
- (D) cara-de-pau;
- (E) político-econômico.

5

O segundo parágrafo do texto 1 deve ser classificado, em termos de gênero textual predominante, como:

- (A) informativo;
- (B) instrucional;
- (C) didático;
- (D) publicitário;
- (E) injuntivo.

6

O segmento do texto 1 que NÃO apresenta uma marca metalinguística é:

- (A) “Resumidamente, o alimento orgânico também pode ser chamado de agroecológico”;
- (B) “a agroecologia pode ser definida como o estudo da agricultura a partir de uma perspectiva ecológica”;
- (C) “É aquele produzido de forma sustentável”;
- (D) “e, muito menos, os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos”;
- (E) “inclusive vários que são proibidos em diversas partes do planeta”.

7

“Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo”; a utilização do termo “de passagem” informa ao leitor que:

- (A) algo de pouca importância vai ser incluído no texto;
- (B) um segmento de curta extensão vai ser inserido no texto;
- (C) uma mensagem essencial vai ser acrescentada ao texto;
- (D) uma pequena interrupção do tema central vai ocorrer;
- (E) uma retificação de algo anterior vai ser feita.

8

“Diga-se de passagem que o Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo”; a modificação de um elemento provoca mudança de sentido em:

- (A) O Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, diga-se de passagem;
- (B) Diga-se de passagem que o país que usa mais agrotóxico no mundo é o Brasil;
- (C) O país que mais usa agrotóxico no mundo, diga-se de passagem, é o Brasil;
- (D) Seja dito de passagem que o país que mais usa agrotóxico no mundo é o Brasil;
- (E) O Brasil é o país que mais usa agrotóxico no mundo, seja dito de passagem.

9

O segmento do texto 1 em que os termos sublinhados são redundantes é:

- (A) “Está conseguindo isso graças a um forte trabalho de conscientização e por intermédio de subsídios aos pequenos agricultores”;
- (B) “aquele produzido de forma sustentável, respeitando-se e não agredindo o meio ambiente”;
- (C) “os defensivos agrícolas químicos, os chamados agrotóxicos”;
- (D) “são proibidos em diversas partes do planeta, banidos da Europa e dos Estados Unidos”;
- (E) “A produção e consumo de orgânicos se dão por duas razões básicas”.

Texto 2 – Intercâmbio de alimentos

Renato Mocelline/Rosiane de Camargo, *História em debate*. São Paulo: Editora do Brasil, p. 72.

A chegada dos europeus à América foi o começo de uma das transformações mais revolucionárias nos hábitos alimentares dos seres humanos.

Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa pelas dificuldades que tinham de encontrar os tão desejados metais preciosos.

Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa, a flora e a fauna de ambos os continentes foram modificadas, pois diversas plantas e animais adaptaram-se aos novos climas. Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida.

10

O primeiro parágrafo do texto 2 funciona como:

- (A) uma afirmativa que é explicitada no decorrer do texto;
- (B) uma informação que é contestada a seguir;
- (C) uma referência histórica cujos termos são explicados;
- (D) uma opinião pessoal que não é satisfatoriamente justificada;
- (E) uma alusão geradora de curiosidade no leitor.

11

O texto 2 deve ser considerado prioritariamente:

- (A) narrativo, por estruturar-se em etapas cronológicas;
- (B) dissertativo-expositivo, por organizar-se em informações sem ligações de causa/consequência;
- (C) dissertativo-argumentativo, por apresentar um pensamento que é defendido no decorrer do texto;
- (D) descritivo, por mostrar características e qualidades das pessoas e coisas referidas;
- (E) injuntivo, por indicar, de forma didática, os caminhos a serem seguidos no estudo da alimentação na História.

12

“A chegada dos europeus à América foi o começo de uma das transformações mais revolucionárias nos hábitos alimentares dos seres humanos”.

Com base nesse segmento inicial do texto 2, foram propostas várias modificações no texto; a opção de mudança que interfere com a correção gramatical ou modifica a mensagem original é:

- (A) em lugar de “a chegada dos europeus” poderia estar “a chegada europeia”;
- (B) em lugar da expressão “à América” poderia estar “na América”;
- (C) em lugar de “uma das transformações mais revolucionárias” poderia estar “uma transformação das mais revolucionárias”;
- (D) em lugar de “hábitos alimentares” poderia estar “hábitos de alimentação”;
- (E) em lugar de “dos seres humanos” poderia estar “do Homem”.

13

Observe os três segmentos abaixo, retirados do texto 2.

“por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”
 “Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa...”

“Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida”.

Nessas ocorrências, os pronomes demonstrativos empregados:

- (A) têm sempre por antecedente uma oração;
- (B) referem-se sempre a termos imediatamente anteriores;
- (C) mostram sempre referências a um de dois termos citados;
- (D) prendem-se sempre a elementos distantes no tempo;
- (E) ligam-se semanticamente a elementos já citados.

14

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam...”.

Observando esse segmento do texto 2, é possível observar que:

- (A) as duas ocorrências do termo “espanhóis” exemplificam classes de palavras diferentes;
- (B) as duas ocorrências do termo “nativos” exemplificam a mesma classe de palavras;
- (C) a seleção vocabular de “plantas e animais” foi feita por serem elementos que servem de alimentação ao Homem;
- (D) o adjetivo “exóticos” é fruto da opinião tanto de nativos quanto de espanhóis;
- (E) os vocábulos “natal” e “nativos” pertencem a diferentes famílias de palavras.

15

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal. Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam...”.

O termo sublinhado mostra uma oposição entre os seguintes pontos:

- (A) apesar de nos primeiros anos de conquista os espanhóis resistirem aos alimentos americanos, com o passar do tempo passaram a adotá-los;
- (B) apesar de os espanhóis trazerem consigo alimentos de sua terra natal, não deixavam de alimentar-se dos alimentos exóticos da América;
- (C) apesar de os espanhóis não se alimentarem com os produtos nativos, mandavam esses mesmos alimentos para a Europa;
- (D) apesar de os nativos oferecerem alimentos americanos aos espanhóis, os conquistadores não os comiam, enviando todos eles para a Europa;
- (E) apesar de os nativos comerem produtos exóticos, os conquistadores europeus não só os comiam como os enviavam também para a Europa.

16

“Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”.

Na reescritura desse segmento do texto 2, a pontuação está INADEQUADA em relação às regras de pontuação em:

- (A) Os espanhóis, nos primeiros anos de conquista, resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (B) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos e, por isso, trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (C) Nos primeiros anos da conquista os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal;
- (D) Os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, nos primeiros anos de conquista; trouxeram consigo, por isso, plantas e animais de sua terra natal;
- (E) Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, e, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal.

17

No texto 2 há uma série de conectores; o conector sublinhado abaixo que tem seu valor semântico corretamente indicado é:

- (A) “Nos primeiros anos da conquista, os espanhóis resistiram a comer produtos nativos americanos, por isso trouxeram consigo plantas e animais de sua terra natal”/ consequência;
- (B) “Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa...”/ referência;
- (C) “Todavia, os espanhóis enviavam à Europa todos os alimentos exóticos que os nativos lhes ofereciam para, de alguma forma, apaziguar a Coroa...”/ finalidade;
- (D) “Progressivamente, por meio dessa troca entre América e Europa, a flora e a fauna de ambos os continentes foram modificadas, pois diversas plantas e animais adaptaram-se aos novos climas”/ conclusão;
- (E) “Com isso, a dieta dos habitantes das duas regiões foi enriquecida”/ causa.

Observe a charge a seguir.



18

Na imagem há um grupo de elementos que representam oposição entre os dois personagens; a única distinção inexistente na charge é:

- (A) gordura X magreza;
- (B) alimentos industrializados X alimentos orgânicos;
- (C) refrigerante X suco natural;
- (D) frituras X produtos naturais;
- (E) carne X frutas, legumes e vegetais.

19

Considerando-se a charge como um texto argumentativo, o argumento apresentado se apoia na:

- (A) sedução, prometendo satisfação;
- (B) tentação, oferecendo vantagens;
- (C) intimidação, apelando para o medo;
- (D) provocação, referindo-se à competição;
- (E) constrangimento, causando incômodo social.

20

O objetivo da charge é:

- (A) condenar a preocupação exagerada com a alimentação;
- (B) aconselhar uma alimentação saudável;
- (C) desaconselhar a ingestão de refrigerantes;
- (D) incentivar a busca por um corpo perfeito;
- (E) alertar para os perigos provocados pela gordura em excesso.

Legislação Específica

21

De acordo com a Lei Orgânica do Município de Salvador, a aprovação e a deliberação sobre criação e extinção de cargos públicos e fixação dos respectivos vencimentos e vantagens inerentes ao Executivo Municipal compete:

- (A) ao Prefeito, sem participação do Poder Legislativo;
- (B) ao Prefeito, com prévio parecer do Tribunal de Contas;
- (C) à Câmara Municipal, com a iniciativa e sanção do Prefeito;
- (D) à Câmara Municipal, com prévio parecer do Tribunal de Contas;
- (E) ao Tribunal de Contas, com prévio parecer da Câmara e do Prefeito.

22

A alienação de bens municipais está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado. Sabendo disso, o Prefeito de Salvador pretende realizar a alienação de um lote de cem metros quadrados, destinado à habitação de pessoa comprovadamente pobre.

De acordo com o texto da Lei Orgânica do Município de Salvador, a iniciativa é possível, desde que não haja alienação de mais de uma área ou lote à mesma pessoa e seja:

- (A) observado o preço médio de mercado, mediante prévias avaliação e autorização legislativa, independentemente de licitação;
- (B) observado o preço médio de mercado, mediante prévias avaliação, autorização legislativa e licitação;
- (C) observado o preço médio de mercado, mediante prévia avaliação, dispensando-se autorização legislativa e licitação;
- (D) atendido o preço mínimo fixado em avaliação administrativa, dispensando-se autorização legislativa e concorrência;
- (E) atendido o preço mínimo fixado em avaliação administrativa, mediante prévia autorização legislativa, dispensando-se a concorrência.

23

João, Vereador da Casa Parlamentar de Salvador, deixou de comparecer, em seu primeiro período legislativo anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, eis que houve incompatibilidade com os horários em que leciona em universidade particular.

Conforme dispõe a Lei Orgânica do Município de Salvador, assegurada a ampla defesa, João:

- (A) será suspenso por até 30 (trinta) dias;
- (B) sofrerá desconto de 50% (cinquenta por cento) em seu subsídio;
- (C) será excluído de comissão parlamentar de inquérito;
- (D) responderá por crime contra o patrimônio público;
- (E) perderá o mandato de Vereador.

24

Em matéria de processo legislativo, a Lei Orgânica do Município de Salvador estabelece que:

- (A) a iniciativa das leis complementares e ordinárias, salvo os casos de competência privativa, cabe ao Vereador, à Comissão da Câmara Municipal, ao Prefeito e por proposta de 5% (cinco por cento) do eleitorado, no mínimo;
- (B) a proposta de emenda à lei orgânica será discutida e votada em dois turnos, com interstício mínimo de 30 (trinta) dias, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, maioria absoluta dos votos dos Vereadores;
- (C) aprovado em redação final, será o projeto de lei enviado ao Prefeito que, aquiescendo, o sancionará no prazo de 30 (trinta) dias úteis, determinando o seu retorno à Câmara, para fins de publicação;
- (D) se o Prefeito considerar o projeto de lei, no todo ou em parte, inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á, totalmente, no prazo de 30 (trinta) dias úteis, vedado o veto parcial;
- (E) o Prefeito poderá enviar à Câmara projetos de lei sobre qualquer matéria, os quais, quando solicitar, deverão ser apreciados em regime de urgência, no prazo de até 5 (cinco) dias, sob pena de responsabilidade do Presidente da Câmara.

25

À Mesa Executiva da Câmara Municipal compete, consoante dispõe o texto da Lei Orgânica do Município de Salvador:

- (A) decretar desapropriação e intervenção em empresas concessionárias de serviço público, bem como permitir, conceder ou autorizar a execução dos serviços públicos por terceiros, quando não possível ou conveniente ao interesse público a exploração direta pelo Município;
- (B) suplementar, mediante ato, as dotações do orçamento da Câmara, observado o limite da autorização constante da Lei Orçamentária, desde que os recursos para sua cobertura sejam provenientes de anulação total ou parcial de suas dotações orçamentárias;
- (C) promover a arrecadação dos tributos, preços públicos e tarifas devidos ao Município, dando-lhes a publicação adequada, e administrar os bens municipais, promover a alienação, deferir permissão, cessão ou autorização de uso, observadas as prescrições legais;
- (D) sancionar, promulgar e fazer publicar as leis, e expedir regulamento para sua fiel execução, bem como baixar decretos e demais atos administrativos, fazendo-os publicar em órgãos oficiais;
- (E) fixar os preços dos serviços prestados pelo Município e os relativos à concessão, cessão, permissão ou autorização de uso de seus bens e serviços, bem como dirigir, superintender e fiscalizar serviços de obras municipais.

26

João, servidor público municipal da Câmara Municipal de Salvador, após processo administrativo disciplinar, foi demitido. Um ano depois, João reuniu provas de sua inocência, e logrou êxito em obter decisão administrativa que invalidou sua demissão.

No caso em tela, de acordo com a Lei Complementar nº 01/91, que institui o Regime Jurídico Único dos servidores públicos do Município de Salvador, o reingresso de João no cargo anteriormente ocupado junto ao Legislativo municipal ocorreu por meio:

- (A) da readaptação, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (B) da reintegração, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (C) do aproveitamento, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (D) da reversão, com ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo;
- (E) da recondução, sem ressarcimento do vencimento e demais vantagens do cargo.

27

Maria, servidora pública ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Salvador, durante 5 (cinco) dias úteis do mês de dezembro de 2017, ultrapassou sua jornada de trabalho em duas horas por dia, no horário de 22h às 24h, ao realizar serviço extraordinário em situações excepcionais e temporárias na Câmara, atendendo à necessidade do serviço.

No caso em tela, segundo o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, Maria faz jus ao adicional:

- (A) pela prestação de serviços extraordinários remunerada com o acréscimo de 100% (cem por cento) sobre a hora normal diurna, sem prejuízo do adicional noturno;
- (B) pela prestação de serviços extraordinários remunerada com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre a hora normal diurna, caso não opte pelo adicional noturno;
- (C) por serviço noturno, pago na proporção de 150% (cento e cinquenta por cento) da hora normal diurna, sem prejuízo do adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- (D) por serviço noturno, pago na proporção de 125% (cento e vinte e cinco por cento) da hora normal diurna, caso não opte pelo adicional pela prestação de serviços extraordinários;
- (E) por serviço noturno, pago na proporção de 50% (cinquenta por cento) da hora normal diurna, caso não opte pelo adicional pela prestação de serviços extraordinários.

28

Joana e Joaquina, servidoras públicas municipais de Salvador, são casadas civilmente e, após regular processo judicial, adotaram o bebê Davi, de dez meses de idade.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador:

- (A) uma delas terá direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra à mesma licença, pelo prazo de 5 (cinco) dias;
- (B) uma delas terá direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra não terá direito à licença;
- (C) uma delas terá direito à licença remunerada de 90 (noventa) dias para ajustamento do adotado ao novo lar e a outra não terá direito à licença;
- (D) ambas terão direito à licença remunerada de 180 (cento e oitenta) dias para ajustamento do adotado ao novo lar;
- (E) ambas terão direito à licença remunerada de 90 (noventa) dias para ajustamento do adotado ao novo lar.

29

Cláudio, servidor público estável ocupante de cargo efetivo da Câmara Municipal de Salvador, no exercício da função pública, revelou segredo apropriado em razão do cargo, mediante publicação em uma de suas redes sociais na internet de fato sigiloso constante de um processo administrativo referente a determinada comissão parlamentar de inquérito.

Por ter praticado a falta funcional narrada, consoante dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, após regular processo administrativo disciplinar, Cláudio está sujeito à pena de:

- (A) advertência, que será aplicada por escrito e, caso seja reincidente, à suspensão de até 90 (noventa) dias;
- (B) suspensão, que terá até 90 (noventa) dias, independentemente de reincidência;
- (C) advertência e multa, no valor de um mês de seus vencimentos e vantagens;
- (D) suspensão de até 60 (sessenta) dias e multa no valor de um mês de seus vencimentos e vantagens;
- (E) demissão, cujo ato de imposição mencionará o fundamento legal e a causa da sanção disciplinar.

30

Mauro, servidor público municipal efetivo, completou dez anos consecutivos de exercício de cargo em comissão de Diretor de Recursos Humanos da Câmara Municipal de Salvador.

De acordo com o Estatuto dos Servidores Públicos Civis de Salvador, Mauro terá direito a perceber, quando exonerado, a título de:

- (A) abono de permanência, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos;
- (B) abono de permanência, valor correspondente a 75% (setenta e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, três anos;
- (C) estabilidade econômica, valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, dois anos;
- (D) estabilidade econômica, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos;
- (E) abono de chefia, valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do vencimento do cargo em comissão, de maior hierarquia, que tenha exercido, ininterruptamente, no período estabelecido por, no mínimo, cinco anos.

Conhecimentos Específicos

31

Um dos modelos orçamentários difundidos a partir da aplicação da lógica empresarial no setor público tem como base para elaboração do orçamento atual a não vinculação com os montantes de despesa ou nível de atividade do exercício anterior. Embora de difícil operacionalização, o modelo propicia reavaliações constantes das alocações de recursos.

Esse modelo orçamentário é denominado orçamento:

- (A) programa;
- (B) base-zero;
- (C) incremental;
- (D) operacional;
- (E) com teto móvel.

32

Em decorrência de divergências políticas com o prefeito, o presidente da Câmara de Vereadores de um determinado município não aceitou a proposta de Lei Orçamentária Anual enviada pelo Poder Executivo e elaborou uma proposta orçamentária exclusiva para o Poder Legislativo.

Após os trâmites legislativos, o Tribunal de Contas notificou o ocorrido como irregularidade por estar em desacordo com o princípio orçamentário do(a):

- (A) especificação;
- (B) exclusividade;
- (C) não vinculação;
- (D) orçamento bruto;
- (E) unidade.

Considere o Quadro 1 a seguir, com dados da arrecadação de um ente municipal durante o exercício de 2016. Os valores estão expressos em milhões de reais.

Descrição	Previsto	Arrecadado
Receita de cauções contratuais	-	9,00
Receitas de Taxas de Serviço	76,00	79,00
Receitas de Contribuição para Custeio da Iluminação Pública	98,00	100,00
Receitas de Alienação de Bens Móveis	100,00	19,00
Receitas Patrimoniais de Aluguéis	119,00	161,00
Receitas de Taxas de Fiscalização	141,00	145,00
Receitas de Contribuições Sociais	159,00	158,00
Receitas de transferências de capital voluntárias	174,00	60,00
Receitas de Operações de Crédito Internas	322,00	15,00
Receitas de Impostos sobre Serviços	596,00	545,00
Receitas de Impostos sobre o Patrimônio	1.392,00	1.273,00
Receitas de transferências correntes legais	2.480,00	2.583,00

33

Considerando os dados do Quadro I e a classificação da receita por categoria econômica, as receitas correntes realizadas no exercício, em milhões de reais, totalizaram:

- (A) 5.044,00;
- (B) 5.053,00;
- (C) 5.061,00;
- (D) 5.087,00;
- (E) 5.494,00.

34

Considerando os dados do Quadro 1, e também que as contribuições sociais arrecadadas são para custeio do sistema de Previdência dos servidores, e ainda que a dedução da receita para formação do FUNDEB corresponda a R\$ 1,1 milhão, a Receita Corrente Líquida apurada para o período é:

- (A) 6.302,00;
- (B) 4.102,00;
- (C) 3.803,00;
- (D) 3.795,00;
- (E) 3.786,00.

35

A partir dos dados do Quadro 1 e considerando que o montante da despesa fixada não foi alterado, e que 90% foi empenhado, o resultado da execução orçamentária, em milhões de reais, foi:

- (A) 0,00;
- (B) 46,70;
- (C) 55,70;
- (D) 519,00;
- (E) 565,70.

36

Os dados a seguir foram extraídos do Relatório de Gestão Fiscal Consolidado de um município referente ao exercício de 2016.

Receita Corrente Líquida	R\$ 5.292.000.000,00
Despesa Total com Pessoal - Poder Executivo	R\$ 2.698.920.000,00
Despesa Total com Pessoal - Poder Legislativo	R\$ 343.980.000,00

A partir da análise dos dados e à luz das regras fiscais aplicáveis, é correto afirmar que:

- (A) ambos os poderes, individualmente, ultrapassaram o limite máximo de despesa total com pessoal;
- (B) apenas o Poder Executivo ultrapassou individualmente o limite máximo de despesa total com pessoal;
- (C) o Poder Legislativo ultrapassou apenas o limite prudencial;
- (D) o Poder Executivo está abaixo do limite de alerta;
- (E) a despesa total com pessoal consolidada do município ultrapassou o limite prudencial.

37

Em um ente municipal, ao final do 2º trimestre de um exercício, a despesa total com pessoal atingiu o montante de R\$ 3.900.733.200,00, sendo que o limite máximo admitido era de R\$ 3.714.984.000,00.

De acordo com as disposições da LRF, no quadrimestre seguinte essa despesa deverá ser reduzida em:

- (A) R\$ 185.749.200,00;
- (B) pelo menos R\$ 46.437.300,00;
- (C) pelo menos R\$ 61.916.400,00;
- (D) pelo menos R\$ 92.874.600,00;
- (E) no máximo R\$ 92.874.600,00.

38

O registro da arrecadação da receita durante a execução do orçamento requer lançamentos de natureza orçamentária e de controle.

O lançamento de natureza orçamentária pode ser representado por:

- (A) D 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
- (B) D 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
- (C) D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
C 6.2.1.1.x.xx.xx Receita a Realizar
- (D) D 5.2.1.1.x.xx.xx Previsão Inicial da Receita
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada
- (E) D 6.2.1.1.x.xx.xx Disponibilidades
C 6.2.1.2.x.xx.xx Receita Realizada

39

Para fins contábeis, a despesa orçamentária pode ser classificada, quanto ao impacto na situação patrimonial líquida, em efetiva e não efetiva.

Um exemplo de despesa cujo registro inicial representa redução efetiva do patrimônio da entidade pública é:

- (A) aquisição de estoques;
- (B) aquisição de veículos;
- (C) amortização do principal de empréstimos;
- (D) execução de obras de engenharia;
- (E) salários dos servidores.

40

As ações governamentais em todos os níveis estão estruturadas em programas orientados para a realização dos objetivos estratégicos definidos no PPA para o período de quatro anos. Assim, a classificação da despesa em programas requer a apresentação de elementos para sua caracterização.

Um desses elementos refere-se a instrumentos de programação utilizados para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto para expansão ou aperfeiçoamento da ação pública, o qual é denominado:

- (A) ação;
- (B) atividade;
- (C) projeto;
- (D) operação especial;
- (E) unidade orçamentária.

41

No ciclo de elaboração do orçamento público, os poderes Executivo e Legislativo têm funções legalmente estabelecidas.

São funções do Poder Legislativo:

- (A) elaboração e acompanhamento;
- (B) elaboração e sanção;
- (C) apreciação e execução;
- (D) aprovação e avaliação;
- (E) sanção e avaliação.

42

No processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária Anual, conforme disposições constitucionais, o prazo para envio da proposta para apreciação é até:

- (A) quatro meses antes do encerramento do exercício financeiro;
- (B) quatro meses antes do encerramento do primeiro exercício financeiro;
- (C) quatro meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro;
- (D) oito meses e meio antes do encerramento do exercício financeiro;
- (E) oito meses e meio antes do encerramento do primeiro exercício financeiro.

43

“Art. 45. Caso seja necessária a limitação do empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, essa será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de ‘outras despesas correntes’, ‘investimentos’ e ‘inversões financeiras’ de cada Poder do Município”.

O trecho destacado está contido em um instrumento de planejamento que tem entre seus objetivos:

- (A) definir o orçamento fiscal e da seguridade social;
- (B) estabelecer, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública;
- (C) estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso;
- (D) estimar receitas e fixar despesas para o exercício;
- (E) orientar a elaboração da Lei Orçamentária Anual.

44

Os créditos adicionais são autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei Orçamentária.

Um crédito adicional especial tem como característica:

- (A) atender necessidades financeiras em caso de calamidade pública;
- (B) cobrir despesas imprevisíveis e urgentes;
- (C) cobrir despesas sem dotação específica na lei orçamentária;
- (D) complementar uma dotação orçamentária;
- (E) ser improrrogável para o exercício seguinte.

45

Em um município, a necessidade de abrir novas despesas fez com que o secretário de planejamento solicitasse um levantamento dos recursos disponíveis.

Foram fornecidos os seguintes dados (valores em milhares de reais):

Créditos adicionais extraordinários abertos no exercício	4.500,00
Dotações orçamentárias anuladas	6.100,00
Receitas arrecadadas além dos valores previstos	9.410,00
Créditos adicionais reabertos no exercício	11.300,00
Passivo financeiro	63.625,00
Ativo financeiro	92.560,00

Considerando os dados apresentados, os recursos disponíveis para abertura do crédito adicional pretendido, em milhares de reais, totalizam:

- (A) 28.645,00;
- (B) 39.945,00;
- (C) 44.445,00;
- (D) 60.245,00;
- (E) 101.970,00.

46

A análise, por parte do Tribunal de Contas, dos documentos relativos aos processos licitatórios de despesas públicas para avaliar a adequação dos instrumentos, constitui um ato de controle da execução orçamentária sob a perspectiva do(a):

- (A) compatibilidade com a Lei do Orçamento;
- (B) cumprimento do programa de trabalho;
- (C) eficiência do gasto;
- (D) fidelidade funcional dos agentes;
- (E) legalidade dos atos.

47

A transferência de recursos financeiros representada pela codificação “41 - Transferências a Municípios - Fundo a Fundo” refere-se a uma classificação de:

- (A) modalidade de aplicação;
- (B) natureza de despesa;
- (C) origem de receita;
- (D) operação especial;
- (E) unidade orçamentária.

48

Em um dado exercício, após a publicação da programação financeira e do cronograma de execução mensal de desembolso, a Secretaria de Planejamento (unidade central de programação orçamentária) descentralizou créditos orçamentários para duas fundações mantidas com recursos do município (estas constituem órgãos setoriais contemplados diretamente no orçamento).

Esse tipo de descentralização é denominado:

- (A) destaque;
- (B) dotação;
- (C) provisão;
- (D) transposição;
- (E) transferências.

49

O Artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal trata dos instrumentos de transparência da gestão fiscal, e, entre os itens de divulgação obrigatória a cada quadrimestre pelo Poder Legislativo em meios eletrônicos de acesso público, encontra(m)-se:

- (A) parecer prévio sobre as contas;
- (B) planos orçamentários;
- (C) prestação de contas;
- (D) relatório de gestão fiscal;
- (E) relatório resumido da execução orçamentária.

50

Os pedidos de acesso à informação feitos a órgãos públicos por qualquer interessado, por meios legítimos, deverão ser concedidos de imediato.

Não sendo possível, a Lei de Acesso à Informação define um prazo máximo de:

- (A) 10 dias;
- (B) 20 dias;
- (C) 30 dias;
- (D) 45 dias;
- (E) 60 dias.

51

O relatório de gestão fiscal contém anexos que propiciam o acompanhamento da gestão fiscal, a partir de limites de despesas legalmente estabelecidos, a saber:

Anexo 1 – Demonstrativo da Despesa com Pessoal
Anexo 2 – Demonstrativo da Dívida Consolidada
Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores
Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito
Anexo 5 – Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar
Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

Tendo como referência o encerramento do exercício, o Poder Legislativo deve elaborar e divulgar o(s) anexo(s):

- (A) 1;
- (B) 1 e 5;
- (C) 1 e 6;
- (D) 1, 5 e 6;
- (E) 5 e 6.

52

Os bens de uso comum do povo podem ser encontrados em duas classes de ativos: ativos de infraestrutura e bens do patrimônio cultural. Em relação a esses ativos, analise os itens a seguir.

- I. A contabilização é facultativa.
- II. A mensuração segue a mesma base utilizada para os demais ativos imobilizados.
- III. Constituem partes de um sistema ou rede, de natureza especializada e não possuem usos alternativos.
- IV. Dificuldade de estimativa de vida útil.
- V. Podem ser representados por recursos ambientais.

Constituem características dos bens do patrimônio cultural somente os itens:

- (A) I e II;
- (B) I, III e IV;
- (C) I, IV e V;
- (D) II e III;
- (E) II, III e IV.

O Quadro 2 apresenta os valores, em milhares de reais, extraídos dos registros contábeis de uma entidade pública municipal ao final de um exercício.

Débitos de tesouraria	390,00
Depósitos	685,00
Restos a pagar	1.820,00
Títulos mobiliários	2.730,00
Serviços da dívida a pagar	3.410,00
Empréstimos a pagar	5.500,00

53

De acordo com o Quadro 2, a dívida fluante da entidade ao final do exercício, conforme definido pela Lei nº 4.320/1964, representa, em milhares de reais:

- (A) 5.230,00;
- (B) 6.305,00;
- (C) 13.460,00;
- (D) 13.850,00;
- (E) 14.535,00.

54

Considerando os dados do Quadro 2, e que não havia disponibilidades de caixa, aplicações financeiras nem outros haveres financeiros, para que a entidade não ultrapassasse o limite máximo da Dívida Consolidada Líquida no período, a Receita Corrente Líquida não poderia ser inferior a:

- (A) 4.115,00;
- (B) 6.858,33;
- (C) 7.267,50;
- (D) 11.216,67;
- (E) 12.112,50.

55

Ao final do 1º ano de mandato, a fim de avaliar os itens de receita que mais contribuíram para a frustração na arrecadação do exercício, o prefeito solicitou um relatório da Secretaria de Finanças do município, que deve buscar os dados demandados pelo gestor no(a):

- (A) balanço financeiro;
- (B) balanço patrimonial;
- (C) balanço orçamentário;
- (D) demonstração dos fluxos de caixa;
- (E) relatório de gestão fiscal.

56

O Balanço Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público.

De acordo com as disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) para elaboração do Balanço Patrimonial:

- (A) ativos e passivos devem ser segregados em financeiro e permanente;
- (B) aos municípios com menos de 50 mil habitantes é facultado apresentar exercício anterior para fins comparativos;
- (C) a apuração do superávit ou déficit financeiro é apresentada em quadro auxiliar;
- (D) a apresentação de notas explicativas é obrigatória apenas para saldos apurados por estimativa;
- (E) o ente pode optar por apresentar o modelo analítico ou sintético do balanço.

57

Uma entidade pública estava em negociação para obtenção de empréstimo junto a um organismo financeiro multilateral. O organismo solicitou as demonstrações contábeis e fiscais do ente dos três últimos exercícios financeiros. O objetivo era analisar as informações contábeis quanto ao valor confirmatório e preditivo da capacidade financeira da entidade.

Esse objetivo está diretamente ligado à característica do(a):

- (A) comparabilidade;
- (B) compreensibilidade;
- (C) custo-benefício;
- (D) relevância;
- (E) representação fidedigna.

58

Há situações em que uma entidade precisa dar tratamento contábil a transações que geram obrigação para com terceiros, mas que haja incerteza acerca do prazo ou do valor do desembolso futuro necessário para liquidar a obrigação.

No caso de uma ação judicial em que o desembolso por parte da entidade que reporta é considerado provável e razoavelmente estimado, a entidade deve:

- (A) tratar como resultado de exercícios futuros;
- (B) reconhecer uma provisão pela melhor estimativa;
- (C) divulgar em nota explicativa, se considerar relevante;
- (D) aguardar a decisão final para reconhecer qualquer obrigação;
- (E) reconhecer uma contingência pelo valor histórico de processos semelhantes.

59

Nos trabalhos de auditoria interna, para que haja independência organizacional, o executivo chefe de auditoria deve reportar-se a um nível dentro da organização que permita à atividade de auditoria interna cumprir suas responsabilidades.

A independência dentro da organização se alcança de forma efetiva quando o executivo chefe de auditoria se reporta funcionalmente ao Conselho de Administração.

Nesse contexto, dos exemplos de reporte funcional do executivo chefe de auditoria ao Conselho de Administração, o que poderia prejudicar a independência dentro da organização é a aprovação do(a):

- (A) estatuto de auditoria interna;
- (B) escopo da auditoria interna;
- (C) planejamento de auditoria baseado em riscos;
- (D) orçamento de auditoria e do plano de recursos;
- (E) remuneração do executivo chefe de auditoria.

60

Os serviços de avaliação, também denominados *assurance*, consistem em exames objetivos da evidência com o propósito de fornecer para a organização uma avaliação independente sobre os processos de governança, gerenciamento de riscos e controles.

Entre os trabalhos a seguir, o único que NÃO se considera um trabalho de *assurance* é:

- (A) auditoria financeira;
- (B) auditoria de conformidade;
- (C) auditoria de sistemas;
- (D) consultoria;
- (E) *due diligence*.

61

Na execução de trabalhos de auditoria, quando há muitos dados e transações a serem examinados, é muito comum a seleção de uma amostra para exame.

A seleção procedida de forma que sempre haja um intervalo constante entre cada item selecionado, seja seleção direta na população ou por estratos, é denominada amostragem:

- (A) aleatória;
- (B) casual;
- (C) intencional;
- (D) randômica;
- (E) sistemática.

62

A estrutura integrada de controle interno e gerenciamento de risco proposta pelo *Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) está baseada em quatro categorias de objetivos.

A categoria de objetivo relacionada à sobrevivência, continuidade e sustentabilidade organizacional é o(a):

- (A) comunicação;
- (B) conformidade;
- (C) desempenho;
- (D) estratégica;
- (E) operacional.

63

A Estrutura Integrada de Controle Interno proposta pelo *Committee Of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* (COSO) organiza o controle interno em cinco componentes.

Quando uma entidade que organizou o seu controle interno a partir da estrutura do COSO realiza avaliações contínuas e/ou independentes para se certificar da presença e do funcionamento dos componentes do controle interno, está atendendo diretamente ao componente de:

- (A) ambiente de controle;
- (B) avaliação de riscos;
- (C) atividades de controle;
- (D) atividades de monitoramento;
- (E) informação e comunicação.

64

Tanto na administração pública quanto na privada, o controle de custos é necessário para uma adequada gestão dos recursos organizacionais. Porém existem diferentes métodos para se atribuir custo a um produto ou serviço.

O método em que se apropriam todos os custos de produção (fixos ou variáveis, diretos ou indiretos), e tão somente os custos de produção, aos produtos e serviços, é o custeio:

- (A) padrão;
- (B) pleno;
- (C) por absorção;
- (D) por atividade;
- (E) variável.

65

Em um esforço para fornecer orientações para implantação de informação de custos nas atividades da administração pública, a Resolução CFC nº 1.366/2011 aprovou a NBC T 16.11 – Sistema de Informação de Custos do Setor Público.

Para alocação dos custos indiretos, a NBC T 16.11 dispõe sobre critérios para distribuição de custos indiretos, de acordo com as características do objeto de custo.

Entre os critérios sugeridos na NBC T 16.11, a distribuição dos custos de manutenção de armazenagem de estoque de materiais pode ser feita por:

- (A) área ou volume ocupado;
- (B) consumo de energia elétrica;
- (C) dotação planejada disponível;
- (D) mão de obra direta alocada;
- (E) número de servidores na unidade administrativa responsável.

66

Em tema de concurso público para ingresso de pessoal no serviço público e de servidores públicos, a Constituição da República de 1988 estabelece que:

- (A) a investidura em cargo ou emprego público depende de aprovação prévia em concurso público de provas ou de títulos, de acordo com a natureza e a complexidade do cargo ou emprego;
- (B) o prazo de validade do concurso público será de 2 (dois) anos, prorrogável duas vezes, por igual período, e, durante o prazo improrrogável previsto no edital de convocação, é vedada a realização de novo concurso;
- (C) as funções de confiança são exercidas exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento;
- (D) a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público deverá necessariamente ser precedida de concurso público;
- (E) os cargos em comissão são ocupados exclusivamente por servidores ocupantes de cargo efetivo, e destinam-se apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento.

67

De acordo com o texto constitucional, os atos de improbidade administrativa importarão, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível:

- (A) a cassação dos direitos políticos, o ressarcimento ao erário, a perda da função pública e a proibição de contratar com o poder público;
- (B) a inelegibilidade, a pena privativa de liberdade, a multa e a proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios;
- (C) a proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, a multa e a pena privativa de liberdade;
- (D) a pena restritiva de direito, a perda da função pública, o ressarcimento ao erário e a multa administrativa;
- (E) a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário.

68

A Constituição da República de 1988 em sua atual redação estabelece que uma servidora pública municipal estatutária ocupante de cargo efetivo de Analista Legislativo pode aposentar-se voluntariamente com proventos proporcionais ao tempo de contribuição, caso preencha, cumulativamente, os requisitos de tempo mínimo de:

- (A) 20 (vinte) anos de efetivo exercício no serviço público e idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos;
- (B) 5 (cinco) anos de efetivo exercício no serviço público e idade mínima de 55 (cinquenta e cinco) anos;
- (C) 10 (dez anos) no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos;
- (D) 10 (dez anos) de efetivo exercício no serviço público e 5 (cinco) anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e idade mínima de 60 (sessenta) anos;
- (E) 25 (vinte e cinco) anos de efetivo exercício no serviço público e dez anos no cargo efetivo em que se dará a aposentadoria, e idade mínima de 65 (sessenta e cinco) anos.

69

João, servidor público estável ocupante do cargo efetivo de Analista Legislativo da Câmara Municipal, foi demitido injustamente.

Invalidada por sentença judicial sua demissão, de acordo com as disposições constitucionais, João será:

- (A) readaptado, e o eventual ocupante da sua vaga originária, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, com direito a indenização;
- (B) reconduzido, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (C) aproveitado em cargo de atribuições, escolaridade e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado, com direito a indenização e vantagens pecuniárias pretéritas e remuneração proporcional ao tempo de contribuição;
- (D) aproveitado em cargo de atribuições, escolaridade e remuneração compatíveis com o anteriormente ocupado, sem direito a indenização e vantagens pecuniárias pretéritas, para não configurar seu enriquecimento ilícito;
- (E) reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, será reconduzido ao cargo de origem, sem direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

70

Maria, servidora pública estável ocupante do cargo efetivo de Analista de Tecnologia da Informação da Câmara Municipal, foi eleita Prefeita na mesma cidade.

De acordo com as disposições constitucionais sobre a matéria, Maria:

- (A) independentemente da questão de compatibilidade de horários para acumulação dos cargos, será afastada do cargo efetivo, auferindo necessariamente os subsídios do cargo de Chefe do Executivo;
- (B) independentemente da questão de compatibilidade de horários para acumulação dos cargos, será afastada do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração;
- (C) independentemente da questão de compatibilidade de horários para acumulação dos cargos, será exonerada do cargo efetivo, auferindo necessariamente os subsídios do cargo de Chefe do Executivo;
- (D) se houver compatibilidade de horários, lhe será facultado optar pela remuneração de seu cargo efetivo ou pelos subsídios do cargo de Chefe do Executivo;
- (E) se houver compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo.

Redação

Sobre a intolerância (UNESCO)

A intensificação atual da intolerância, da violência, do terrorismo, da xenofobia, do nacionalismo agressivo, do racismo, do antissemitismo, da exclusão, da marginalização e da discriminação contra minorias nacionais, étnicas, religiosas e linguísticas, dos refugiados, dos trabalhadores migrantes, dos imigrantes e dos grupos vulneráveis da sociedade e também pelo aumento dos atos de violência e de intimidação cometidos contra pessoas que exercem sua liberdade de opinião e de expressão, todos comportamentos que ameaçam a consolidação da paz e da democracia no plano nacional e internacional e constituem obstáculos para o desenvolvimento...

Com base no texto acima, responda à seguinte questão:

Afinal de contas, o que está acontecendo com o planeta?

Elabore um texto dissertativo-argumentativo em que você procure analisar os diversos problemas do planeta como um todo, indicando possíveis soluções.

Redija o texto em língua culta, observando especialmente a pertinência de seus argumentos, com, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas.

Realização

